

TENTATIVA DE ESCOLARIZAÇÃO INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LADÁRIO, MS

Lígia Lopes Teixeira de Santana¹, Gilson Lima Domingos²

ligialtsantana@yahoo.com.br, gilson.domingos@ifms.edu.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

III Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2023

Resumo. Este artigo aborda a tentativa de escolarização integrada a profissionalização da educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Ladário. Trata-se de uma pesquisa em andamento sobre a implementação do Curso Proeja FIC, que teve como objetivo principal oferecer o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Operador de Computador na modalidade PROEJA, integrado ao segundo seguimento do Ensino Fundamental, presencial. Para tanto, firmou-se uma parceria entre o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Corumbá e o Município de Ladário. Para entender o seu funcionamento analisou-se o Projeto Pedagógico do Curso e a Legislação relacionada, com a Lei de Criação dos Institutos federais e o Plano Nacional de Educação.

Palavras-Chave. Proeja, Eja, Ensino Fundamental

This article addresses the attempt to integrate schooling with the professionalization of youth and adult education in the Municipal Network of Ladário. This is an ongoing research on the implementation of the Proeja FIC Course whose main objective was to offer the Initial and Continuing Training (FIC) course in Computer Operator in the PROEJA modality, integrated into the second segment of Elementary School, in person. To this end, a partnership was signed between the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Corumbá and the Municipality of Ladário. In order to understand how it works, the Pedagogical Project of the Course and the related Legislation were analyzed, such as the Law for the Creation of Federal Institutes and the National Education Plan.

¹ Mestra em Estudos Fronteiriços, UFMS.

² Doutor em Educação, PUC Rio.

1. Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil surgiu como uma resposta à demanda por educação de pessoas que, por diversos motivos, não tiveram acesso ou concluíram os estudos na idade regular. A preocupação com a educação de jovens e adultos existe desde a colonização quando os Jesuítas se dedicavam a alfabetizar (catequizar) tanto crianças indígenas como índios adultos, tinham como objetivo propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo. Após a expulsão dos Jesuítas no século XVIII, a educação de adultos praticamente inexistiu, inclusive no período imperial, com poucas iniciativas feitas por algumas províncias.

No início do século XX, o Brasil enfrentava desafios relacionados à alfabetização e educação básica. Grande parte da população, especialmente nas áreas rurais, era analfabeta ou possuía baixa escolaridade e naquele momento houve muita migração do campo para as cidades. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras iniciativas para atender os jovens e adultos que não haviam frequentado a escola na idade adequada.

A partir da década de 1960, com o processo de industrialização e urbanização, a necessidade de qualificação profissional e educação básica para os adultos se tornou mais evidente. Surgiram programas de alfabetização de adultos e projetos de educação voltados para trabalhadores, com o objetivo de melhorar as condições de vida e empregabilidade da população adulta. Com o passar do tempo, a EJA se consolidou como uma modalidade de ensino reconhecida e presente em todo o território nacional, buscando promover a inclusão e a educação ao longo da vida.

É importante destacar que a trajetória da EJA no Brasil foi permeada por desafios e avanços. A falta de recursos, a desvalorização dos profissionais envolvidos e a falta de políticas públicas consistentes foram obstáculos enfrentados ao longo dos anos. No entanto, a EJA tem se mostrado fundamental para proporcionar oportunidades educacionais aos jovens e adultos, contribuindo para a redução da desigualdade social e para o desenvolvimento do país como um todo.

Quando falamos de Educação de Jovens e Adultos no Brasil parece ser uma coisa tão contemporânea, mas na verdade o processo educativo no Brasil, nunca foi tão difícil de formar como a proposta para Educação de Jovens e Adultos. (FONSECA, 2017).

Segundo o autor, a EJA foi criada, também, a partir de erros e de inadequação de currículos, métodos e materiais didáticos, que não levavam em consideração a especificidade do público adulto.

Na região de Ladário ofertou-se a modalidade a partir dos anos 2000. Naquela ocasião a EJA era apenas um projeto, que a qualquer instabilidade política ou financeira³ poderia ser extinta. Os professores que atuavam nesse “projeto” viviam assombrados com essa possibilidade de acabar a EJA e eles ficarem desempregados. Portanto, o que víamos eram os anos se passar e a EJA permanecendo sem recurso para as demandas básicas de um curso como: papel, impressão, livros didáticos e lanche⁴. Não havia disponibilidade de verbas específicas para as escolas que ofereciam a Educação de Jovens e Adultos disponibilizar a merenda escolar para os alunos trabalhadores, os diretores tinham que dar seu jeito para poder proporcionar um lanche para esses alunos que muitas vezes vinham direto do trabalho para a escola.

Segundo Fonseca (2017), a Educação de Jovens e Adultos teve outra grande conquista quando, foi incluída no fundo do Desenvolvimento da Educação Básica o FUNDEB, que havia substituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério o FUNDEF, pois ele ajudou muito nas questões básicas, como reservar recursos para Educação de Jovens e Adultos, mesmo que eles ainda sejam menores que as outras modalidades.

Vale lembrar que atualmente, no Município de Corumbá, a Secretaria Municipal de Educação está implementando uma nova proposta curricular para EJA, outra tentativa de inserir na grade curricular projetos e oficinas de iniciação profissional para motivar adolescente e jovem na busca do primeiro emprego e para os adultos fortalecer conhecimentos já adquiridos com o tempo, bem como ampliar o leque de possibilidades ao mundo do trabalho.

Embora a proposta da EJA no Brasil não ser nova, e possuir muitas informações, estudos e debates a cerca dessa modalidade de ensino em várias regiões do Brasil, porém na região de Corumbá e Ladário existem poucos ou nenhum trabalho publicados a respeito

³ O FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério) excluiu as matrículas da EJA no cômputo para fazer jus aos recursos. Isso mudou apenas em 2008 com o FUNDEB que substituiu o FUNDEF.

⁴ Por mais estranho que possa parecer a EJA não tinha direito nem a merenda escolar. O Congresso Nacional precisou aprovar o Projeto de Lei 128/06 do senador Paulo Paim para que esse direito fosse estabelecido

das tentativas de profissionalização da EJA.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar tentativa de escolarização Integrada à educação profissional para jovens e adultos na rede municipal de ensino de Ladário. A pesquisa ainda não analisou as causas da descontinuidade do curso. Assim esta seção abordará a análise do Projeto Pedagógico do Curso e a legislação que versam sobre a modalidade de Jovens e Adultos.

2. Implementação do projeto

Com aproximadamente 340 km² de área, o Município de Ladário localiza-se na Mesorregião do Pantanal Sul-mato-grossense e na microrregião do Baixo Pantanal de Mato Grosso do Sul, a oeste do Estado. A cidade dispõe de riquezas naturais como ferro, manganês, calcário, areia e argila.

Segundo dados preliminares do IBGE de 2022, Ladário possui uma população de 20.995 habitantes, com estimativa para o próximo censo de 24.040 habitantes, sendo mais de 94% urbana e uma densidade demográfica de aproximadamente 57,57 hab/km². Todo seu território faz divisa com o município de Corumbá.

Quanto a estrutura educacional do Município, Ladário conta atualmente com 15 unidades escolares, sendo 09 escolas de ensino fundamental e 06 creches abrigando a educação infantil, atualmente a Escola Municipal Irmã Régula, atua em regime integral, dentre as unidades de ensino municipal, a Escola municipal Maria Ana Ruso atua como escola rural, entre as escolas municipais a maior e a única que oferece a Educação de Jovens e adultos atualmente é a Escola Municipal Professor João Baptista. O Município possui também duas escolas Estaduais que atuam com o Ensino Médio e duas escolas particulares que trabalha com o ensino fundamental I e II.

Conforme dados do IBGE (2010), 97% das crianças com idade entre 6 a 14 anos estão escolarizados e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,704.

De acordo com dados do Censo Escolar/INEP 2013, Ladário contava com um total de 15 (quinze) escolas atendendo a um número de 5.264 estudantes com oferta de Educação Básica e 425 estudantes no curso de Educação de Jovens e Adultos.

A Secretaria Municipal de Educação de Ladário, no ano de 2015, estabeleceu uma parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) Campus

de Corumbá-MS, com o objetivo de Integrar os saberes da formação geral com a educação profissional, do ponto de vista da formação inicial e continuada ou qualificação profissional, para que os estudantes da educação de jovens e adultos pudessem ter mais oportunidades no mundo do trabalho logo que concluíssem o ensino fundamental II.

De acordo com o Plano Municipal de Educação do município de Ladário aprovado em 9 de junho de 2015, na meta 10, estratégia 6, Ladário deve:

Expandir progressivamente na vigência do PME as matrículas de Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. (LADÁRIO, 2015 p. 88).

Portanto a oferta do curso FIC em Operador de Computador, na forma integrada ao ensino fundamental, na modalidade PROEJA, constitui-se numa ação que visa à consecução das metas estabelecidas nos Planos Nacional e Municipal de educação e que atende aos objetivos legais do IFMS.

Assim sendo a oferta do Curso FIC em Operador de Computador, vinculado ao PROEJA FIC/FUNDAMENTAL, na forma concomitante ao Ensino Fundamental II na modalidade EJA, presencial, atende o dispositivo legal e se fundamenta na ampliação da chamada “Sociedade da Informação”. Isso porque cada vez mais a sociedade tem utilizado dispositivos que realizam processamento de dados, como computadores, notebooks, telefones celulares e *smart phones*, na realização de tarefas cotidianas, como controle de despesas, elaboração de documentos, pagamento de contas e compras online.

Com isso, as empresas, de um modo geral, empregam cada vez mais o uso de computadores e redes de comunicação de dados para aumentar sua produtividade e, conseqüentemente, o lucro. Para tanto, essas empresas também necessitam de pessoal qualificado e capacitado para manipular as informações através do uso dos aplicativos computacionais, e tal qualificação é obtida através do curso de Operador de Computadores, que permite ao usuário conhecer as principais plataformas de *software*, no que se refere a estações de trabalho e aplicativos para escritório.

Além disso, a proposta de integração da Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental na modalidade PROEJA FIC, favorecerá também a possibilidade de o trabalhador ascender profissionalmente e quiçá vislumbrar a continuidade dos estudos.

Isso porque, de acordo com Brasil (2007, p. 19), “esse tipo de formação colaborará de uma forma mais imediata e direta para a qualificação profissional”.

É importante ressaltar que o projeto do curso ancorou-se na concepção da politécnica⁵, a qual propõe “uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho” (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2016 p.7). Ou seja, o objetivo foi a elevação da escolaridade e a superação da formação profissional isolada, mas em conjunto com as diversas áreas do conhecimento, proporcionando assim, a inserção no mundo do trabalho,

Para tanto, a Secretaria de Educação através dos assessores técnicos pedagógicos fizeram um levantamento entre os alunos das terceiras fases das quatro escolas que ofereciam a Educação de Jovens e Adultos no município, naquela ocasião, para verificar o interesse desses alunos em se capacitarem para o mercado de trabalho, o nível de conhecimento que estes já detinham quanto ao curso que seria oferecido e a predisposição em serem remanejados para uma ou outra unidade escolar, houve também uma busca ativa aos alunos desistentes moradores nos bairros do entorno das escolas onde seria oferecido o curso.

Após divulgação e busca ativa houve procura pelo curso por parte dos alunos frequentes e dos desistentes. Com isso, teve a necessidade de se fazer um estudo de impacto financeiro no orçamento da Secretaria de Educação, para a implantação do PROEJA FIC, portanto detectou-se que seria viável financeiramente para Secretaria de Educação a implantação do projeto em apenas duas escolas, pois essas escolas já possuíam laboratórios de informática com equipamentos funcionando, e mesmo tendo que remanejar os alunos das outras duas escolas, disponibilizando transporte para eles, ainda compensaria financeiramente para a Secretaria de Educação.

Alinhado todos os percalços o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Operador de Computador na modalidade PROEJA foi ofertado aos jovens e adultos trabalhadores e aqueles que apresentavam distorções de faixa etária com o nível de escolaridade do ensino fundamental, tendo como requisito de acesso ao curso à idade mínima de 18 anos completos até a data de trinta e um de março de 2015.

⁵ Mas detalhes ver: FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005.

2.1. Formas de ingresso

O acesso ao Curso aconteceu via edital construído de forma conjunta entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul Campus Corumbá-MS. e a Secretaria Municipal de Educação de Ladário.

Os estudantes selecionados fizeram duas matrículas, pois tratava-se de um curso na modalidade concomitante, tiveram uma matrícula na escola municipal e outra de qualificação profissional no IFMS, Campus Corumbá. Isso permitiu que os alunos fossem relacionados no censo escolar da cidade de Ladário e conseqüentemente mantivessem os repasses financeiros como da alimentação escolar, FUNDEB e PDDE.

A escolaridade mínima não foi citada na parte que descreve a forma de ingresso, somente na descrição da matriz curricular há a menção que o curso corresponde 3^a e 4^a fases da EJA que corresponde aos anos finais do ensino fundamental, ou seja, necessariamente o estudante tinha que ter concluído a primeira fase do ensino fundamental.

2.2 Regimes de ensino

O curso foi desenvolvido em regime anual, sendo o ano civil dividido em dois períodos letivos de, no mínimo, 100 dias de trabalho escolar efetivo cada um, com aulas de 50 minutos de duração. Desta forma, o curso cumpria a carga horária mínima prevista na LDB, 800 horas distribuídas em 200 dias letivos. (BRASIL, 2007)

A opção pelo regime anual se deu pela necessidade de realizar uma aprendizagem significativa durante o processo de ensino, pois de acordo com Brasil (2007 p.18-19):

[...] constata-se, de forma ainda mais intensa do que na oferta regular, que muitos dos concluintes do ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos não realizam as aprendizagens a que se propõe essa etapa de escolarização. Assim, parcela significativa desses sujeitos logra um certificado que tem pouca vinculação com os conhecimentos aos quais deveria corresponder. Essas questões contribuem para que o ensino fundamental na modalidade EJA não tenha tanto significado quanto poderia ter para seus grupos destinatários, pois a conclusão do curso muitas vezes não alcança o objetivo de produzir melhorias tangíveis nas condições de vida desses sujeitos.

Dessa forma, entendemos que o trabalho pedagógico realizado anualmente, dividido em quatro bimestres, pode favorecer também o processo de avaliação contínua, onde o processo de ensino-aprendizagem é valorizado.

A estrutura curricular do curso foi constituída em dois núcleos denominados: Formação Geral e Qualificação Profissional. O primeiro abrangeu as unidades curriculares propedeutas do segundo segmento do ensino fundamental e o segundo estava “dimensionada e direcionada à área de formação” (IFMS,2016).

Quadro 1: Formação Geral

FORMAÇÃO GERAL	
Etapa II	
1º Ano	2º Ano
Língua Portuguesa 160h/a	Língua Portuguesa 120h/a
Matemática 160h/a	Matemática 120h/a
Ciências da Natureza 80h/a	Ciências da Natureza 80h/a
História 80h/a	História 80h/a
Geografia 80h/a	Geografia 80h/a
Artes 40h/a	Artes 40h/a
Ensino Religioso 40h/a	Ensino Religioso 40h/a
Língua Estrangeira Inglês 80h/a	Língua Estrangeira Inglês 80h/a
Orientações p/ Atuação Profissional 40h/a	Empreendedorismo 40h/a
Carga Horária Total 760h/a	Carga Horária Total 680h/a
Total carga horária 1440h/a	

Fonte: (IFMS,2016).

Apesar de ser a matriz de formação geral, havia unidades que podiam ser consideradas de formação profissional como Empreendedorismo e Orientação para Atuação Profissional, ambas ministradas por professor do IFMS. Sobre isto, inclusive há um equívoco nesta parte do texto do projeto.

O núcleo referente à formação geral, organizado, desenvolvido e certificado pela Secretaria Municipal de Educação de Ladário, cumpre o que está estabelecido para o currículo da EJA – EF. Esse núcleo contém

disciplinas obrigatórias correspondentes aos anos finais do ensino fundamental na modalidade EJA (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2016 p.23)

Além das duas unidades curriculares citadas, a Língua estrangeira não era considerada obrigatória (BRASIL, Art. 8º Inciso V, 2010). Além disso, a Secretaria de Educação de Ladário provavelmente precisou adequar os termos utilizados, pois a divisão é por ano. O 1º ano corresponde a 3ª fase da EJA (6º e 7º anos) do ensino fundamental e 2º corresponde a 4ª fase da EJA (8º e 9º anos).

Quanto ao núcleo da qualificação profissional ou FIC inclui um conjunto de disciplinas que se articulam e assentam na integração ensinável, numa perspectiva interdisciplinar e orientada por perfis de inserção profissional, propondo ao aluno a oportunidade de formar uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos na área de computação, conforme quadro 2.

Quadro 2: Formação Profissional

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
Etapa II	
Fase III 6ª e 7ª anos	Fase IV 8ª e 9ª anos
1º Ano	2º Ano
Introdução à Computação 80h/a	Internet 40h/a
-----	Software de Escritório 120h/a
Carga Horária Total 80h/a	Carga Horária Total 160h/a
Total carga horária 240h/a	

Fonte: (IFMS,2016).

Portanto, a proposta do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) para operadores de computador na modalidade PROEJA buscou trabalhar com o referencial proposto por Brasil (2007, p. 27), nas seguintes subáreas educacionais:

[...] a formação para atuação no mundo do trabalho (EPT); o modo próprio de fazer a educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos (EJA); e a formação para o exercício da cidadania (Educação Básica).

As unidades da qualificação profissional tinham o total de 240 horas/aulas e eram de responsabilidade dos professores do IFMS Campus Corumbá. Os docentes se deslocavam até a cidade de Ladário.

Somando-se ao núcleo de formação geral, o curso tinha 1.680 horas/aulas. Apesar da carga horária total serem distribuídas em dois anos o tempo de permanência diária dos estudantes na escola era longo, o que pode ser um fator de evasão. Nesse sentido, a próxima fase da pesquisa abordará os possíveis motivos da evasão dos estudantes e descontinuidade do Curso.

3. Considerações (provisoriamente) Finais

A meta 10 do Plano Nacional de Educação prevê oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional até 2024. O Proeja FIC Operador de Computador foi implementado em Ladário com este propósito, inclusive seguindo as estratégias 10.1 e 10.2 do plano que tratou especificamente da formação profissional inicial no ensino fundamental da educação de jovens e adultos. Contudo o curso foi descontinuado e preciso entender as causas que contribuíram para isso.

4. Referências

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. PROEJA- Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, Documento Base. MEC. Brasília, 2007

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTD.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. Projeto Pedagógico de Curso - FIC em Operador de Computador na Modalidade Proeja. Corumbá: 2016.

FONSECA, Paulo Roberto da; NEGRI, Paulo. A Formação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 07. Ano 02, Vol. 03. pp 94-104, Outubro de 2017. ISSN:2448-0959

FRIGOTTO, Gaudêncio; Maria, CIAVATTA; Marise RAMOS. A política de educação profissional no governo lula: um percurso histórico controvertido. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.